

ARTIGO <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5069>**DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: BUSCA POR VAGAS NESSA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA****THE RIGHT TO EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN ACADEMIC PRODUCTION: SEARCH BY THIS STAGE OF EDUCATION****DERECHO A LA EDUCACIÓN INFANTIL EN LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA: BUSCA POR VAGAS EN ESTE PASO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA***Kallyne Kafuri Alves*

Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil

Valdete Côco

Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil

Resumo: Este artigo discute o direito à educação infantil (EI) na produção acadêmica. Tem como objetivo revisar a literatura sobre a relação entre famílias e instituições, no bojo do direito ao acesso da criança à EI. A partir do referencial teórico metodológico bakhtiniano associado aos referenciais do campo da EI, toma como recorte as produções que contextualizam a área, focalizando os trabalhos selecionados nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, as pesquisas desenvolvidos em 13 anos da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação e os periódicos escolhidos no banco Scielo no cotejamento com produções do campo da EI brasileira. Como resultado, conclui que a produção acadêmica observada, tensiona as políticas públicas educacionais para a oferta de vagas na EI, evidenciando as emergências da ampliação e afirmação do direito da criança ao acesso à EI, considerando a formação de professores com atenção aos enunciados dos familiares.

Palavras-chave: Direito à educação infantil. Educação infantil. Famílias.

Abstract: This article focuses on the right to early childhood education (EI) in academic production. It aims to review the literature on the relationship between families and institutions, in the context of the right of the child to access to the childhood education associated to the EI field references takes as a cut-off the productions that contextualize the area, focusing on the works selected in the Carlos Chagas Foundation Research Papers, the work developed in the 13 years of the National Association of Researchers in Education and the selected journals in the Scielo bank, in the comparison with Brazilian EI field productions. As a result, it concludes that the academic production observed stresses public educational policies to offer vacancies in the EI, evidencing the emergencies of the expansion and affirmation of the right of the child to access in the EI, considering the formation of teachers with attention to the statements of the relatives.

Keywords: Early childhood education. Right to early childhood Education. Families.

Resumen: Este artículo discute el derecho a la educación infantil (EI) en la producción académica. Tiene como objetivo revisar la literatura sobre la relación entre familias e instituciones, en el seno del derecho al acceso del niño a la EI. A partir del referencial teórico metodológico bakhtiniano asociado a los referenciales del campo de la EI, toma como recorte las producciones que contextualizan el área, enfocando los trabajos seleccionados en los Cuadernos de Investigación de la Fundación Carlos Chagas, las investigaciones desarrolladas en 13 años de la Asociación Nacional de Investigadores en Educación y los periódicos escogidos en el banco Scielo en el cotejo con producciones del campo de la EI brasileña. Como resultado, concluye que la producción académica observada, tensiona las políticas públicas educativas para la oferta de vacantes en la EI, evidenciando las emergencias de la ampliación y afirmación del derecho del niño al acceso a la EI, considerando la formación de profesores con atención a los enunciados de los familiares.

Palabras clave: Educación de la primera infancia. Derecho a la educación de la primera infancia. Familias.

Introdução

No contexto de afirmação da Educação Infantil (EI) como direito de todas as crianças, abordamos o processo de expansão de matrículas, especialmente a busca de vagas pelas famílias. Nesse processo, que abarca diferentes sentidos para a EI, instadas pelo encontro entre as famílias e as instituições, propomos o delineamento da temática deste artigo, sustentadas no levantamento de estudos sobre o acompanhamento da expansão de vagas e oferta de matrículas. Rosemberg (2001) indica a observação da demanda considerando sua lógica de demanda expressa e latente, que propagam distintas perspectivas sobre os sentidos que compõem o campo da EI. Ou seja, a demanda explícita é aquela avaliada por meio da procura visibilizada de um serviço, e a latente é a que não se expressa espontaneamente, podendo ser vista por outros aspectos e razões.

Nesse quadro, com as produções do campo da EI, no intento de mapear pesquisas referentes à relação entre instituição e famílias no escopo da observação sobre filas, vagas, demandas e sentidos que são atribuídos à EI pelas famílias que desejam a inserção de crianças nessa etapa da educação nas distintas possibilidades de manifestação da demanda por vagas (ROSEMBERG, 2001). Reunimos as produções do campo nesse espaço – que não necessariamente falam sobre o processo de expansão e busca de vagas pelas famílias –, propondo-nos tangenciar essa complexidade em diálogo com um conjunto de produções que vêm tematizando sobre o direito à EI. Esse propósito é motivado também pela possibilidade de reunir apontamentos aos docentes, no âmbito das discussões sobre a formação e a luta por melhores condições de trabalho que interferem nas políticas públicas para a EI. Nessa interlocução, partimos de uma análise inicial de que as *reuniões* provocadas pelas filas de

matrículas fazem aglomerar familiares, movendo uma interlocução com as instituições, num período de tempo suficiente para sinalizar os desafios que emergem e indicam sobre as estratégias em ação para a garantia do direito à EI.

Nos encontros com a literatura selecionada, observamos reflexões sobre a vida e a demanda das crianças e de suas famílias, ampliando a rede de vozes/aprendizagens que se fazem presentes na produção do conhecimento. Inspiramo-nos na perspectiva bakhtiniana da *palavra outra*, num movimento em que a dialogia entre as diferentes perspectivas sinaliza diversos sentidos sobre determinado objeto de estudo. Nessa perspectiva, os sentidos se encontram, movimentam, tensionam, acordam, rivalizam... travam múltiplas possibilidades comunicativas, inclusive com silenciamentos e estratégias de calar que, não sem tensões (BAKHTIN, 1997), compõem o cenário formativo de atuação na EI, na negociação sobre a sua configuração no cenário social.

Nesse campo complexo de participação que agrega as políticas públicas (que têm afirmado a EI no interior dos sistemas de ensino), os pesquisadores (que mobilizam estudos que visibilizam o campo), os movimentos sociais (que pressionam a expansão de políticas para o campo), os profissionais (que constroem um modo de configurar a EI no encontro com as crianças) e as famílias,¹ direcionamos neste artigo o foco para a produção acadêmica. Entendemos que, nesses lugares de produção, diferentes vozes se encontram tensionando as premissas legais (LDB, 1996; BRASIL, 2009) e impulsionando os referenciais do campo (CAMPOS, 1999; ROSEMBERG, 1999, 2001) que têm indicado e afirmando o direito de todas as crianças ao acesso à EI.

Metodologia

Partimos da pesquisa que objetiva identificar os sentidos da EI para as famílias que buscam vagas nessa etapa da educação básica. Sustentadas no referencial teórico-metodológico bakhtiniano (BAKHTIN, 1997, 2006), associado aos referenciais do campo da EI (CAMPOS, 1999; CÔCO, 2009; ROCHA, 2008; ROSEMBERG, 2001), reconhecemos, como parte do contexto deste estudo, a significativa produção que existe na mídia, que nos apresenta a demanda das famílias por vagas em instituições de EI. Demanda crescente que

¹ Para esta pesquisa, entendemos família como todos aqueles – em suas diferentes formas de organização (BRASIL, 2009) – que são responsáveis pelas crianças e participam da vida delas.

tem tomado força no movimento de afirmação da EI como um direito da criança de zero a seis anos.

Essa demanda pode ser visibilizada, ainda, na promoção de *cadernos especiais* divulgados em jornais impressos, que evidenciam a demanda de público para matrículas e rematrículas na rede pública e privada. É nessa conjuntura que pautamos a apresentação do contexto da pesquisa, com base no interesse das famílias em matricular as crianças na EI. Esse interesse, visibilizado nas filas para realização de matrículas, nas reportagens sobre a demanda por vagas e nos *cadernos especiais* de apresentação de instituições particulares de EI, inquieta-nos a pensar sobre as motivações que levam os familiares a buscar uma vaga para a criança nessa etapa da educação.

Na ressonância desse contexto, abordamos sobre as produções acadêmicas que discutem as relações entre as famílias. Para isso, recorremos a quatro bancos de produções científicas da área da educação: o banco de periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes), o banco de Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (FCC), o banco de trabalhos apresentados no GT07, intitulado “Educação de crianças de 0 a 6 anos” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (Anped) e o banco do Scielo, com descritores específicos da temática, a saber: EI, famílias, encontros, instituições de EI, alternando-os de modo a obter resultados afins com a temática.

A metodologia que adotamos teve abordagem qualitativa, com procedimentos de levantamento bibliográfico associado a instrumento de produção de dados, seguido de leitura e análise dos trabalhos destacados. Indagamo-nos sobre o contexto que abarca nosso campo de trabalho investigativo na abordagem sobre os sentidos da EI para as famílias que buscam matrículas e recorremos a bancos de produção científica, com procedimentos de análise dos trabalhos produzidos, na premissa de que a nossa escrita se consolida respeitosamente com a escrita do outro.

Os dados produzidos a partir desse levantamento acenam um panorama que se delinea na esteira de três eixos sobre o direito à EI nas produções científicas: o primeiro eixo aborda as conquistas que se acenam nas produções, que tangem principalmente o direito das crianças à EI e na vinculação com a educação básica; o segundo eixo trata dos avanços associados às conquistas que marcam a trajetória na EI, como o acesso das crianças a essa etapa, principalmente as crianças pequenas; o terceiro eixo vem associado aos dois eixos anteriores e analisa os desafios ocorridos a partir das pesquisas realizadas, principalmente aqueles ligados à formação de educadores, à comunicação com as famílias e às demandas da EI.

Antes de passarmos à síntese das produções, destacamos que esses eixos se complementam entre si, uma vez que a trajetória da EI não possui uma linearidade, pelo contrário, oscila entre conquistas, avanços e desafios, numa complexidade de constante aprendizado. Delineada a proposta de arquitetura do texto, trazemos, no próximo tópico, a síntese das produções que encontramos a partir da pesquisa.

Resultados das produções encontradas

Conforme informamos, do conjunto dos bancos de pesquisa existentes, recortamos, para esta pesquisa, quatro bancos de produções científicas: o banco de periódicos da Capes, o banco de FCC, o banco do GT07, intitulado “Educação de crianças de 0 a 6 anos”, da Anped e o banco do Scielo, com descritores que abarcam o direito à EI.

No banco da Capes,² estrato A1, tivemos o quantitativo de 108 periódicos A1: 76 internacionais e 32 nacionais. Na intenção de mapear o contexto local, optamos por analisar as 32 publicações nacionais. Dessas, 17 são de São Paulo, 6 do Rio de Janeiro, 3 de Minas Gerais, 2 do Rio Grande do Sul, 1 do Paraná, 1 do Distrito Federal, 1 do Pará e 1 do Maranhão, o que nos indica a força da Região Sudeste no cenário brasileiro, no que se refere a produções em educação. A partir do movimento de caracterização dessas 32 publicações, visitamos os *sites* onde estão hospedadas, com vistas a identificar dossiês sobre a temática da infância.

Desse universo, encontramos oito dossiês que se dedicaram especialmente à temática, oriundos dos Estados de São Paulo (15 revistas), Paraná (1 revista) e Rio Grande do Sul (1 revista). Esse índice de destaque pode se justificar pela presença de grupos de pesquisa tradicionais do campo, que há muitos anos têm trabalhado no investimento de investigações acerca da EI. Nesse processo, encontramos também o banco da revista “Caderno de Pesquisa” da FCC e o destacamos como um banco relevante para a pesquisa, tendo em vista a quantidade de estudos voltados para o campo da EI, que se aproximam do tema proposto. Desse conjunto, selecionamos três produções que balizam a temática do direito à EI (FERNANDES, 2009; ROCHA, 2008; WAJSKOPG, 1996).

No banco de Cadernos de Pesquisa da FCC, dos 150 números³ disponíveis, selecionamos sete produções próximas à nossa abordagem (CAMPOS; PATTO; MUCCI,

² Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam#>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

³ Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100-1574&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 maio 2014.

1981; ROSEMBERG, 1989; CAMPOS, 1999; ROSEMBERG, 1999; CORRÊA, 2003; CURY, 2008; GARCIA; MACEDO, 2011).⁴ Essas produções vão empreender diferentes perspectivas sobre a relação das famílias e comunidade sobre a EI.

No banco de trabalhos apresentados no GT07 da Anped, ao longo de 14 anos (2000-2013) de evento, no GT07 (BUJES et al., 2002),⁵ realizamos um percurso que se deu por quatro movimentos seguidos, que buscamos aplicar em cada trabalho, à medida que ele fosse se integrando aos nossos objetivos: realizamos leitura de títulos das produções de cada ano do GT07 (disponíveis nos *sites* da Anped (2000-2013)). Quando o título equacionava com os descritores (direito à EI, acesso e demanda na EI, famílias na EI), seguíamos para a leitura dos resumos, o que determinava a escolha do trabalho. Após essa filtragem das produções encontradas, acumulamos um campo de produções ligadas à temática e fizemos a leitura, buscando diferentes enunciados que tangenciam a questão. Desse percurso, obtivemos um panorama composto por 204 produções decorridas dos 14 anos de Anped. Identificamos cinco trabalhos, distribuídos no interior de cinco Reuniões: 25^a, 27^a, 30^a, 32^a e 34^a, que tinham proximidade com a abordagem desta pesquisa (FÜLLGRAF, 2002; MORO, 2004; BHERING; SARKIS, 2007; ARAÚJO, 2009; CASANOVA, 2011).

No banco do Scielo,⁶ também realizamos a pesquisa (com os descritores direito à EI, acesso e demanda na EI, famílias na EI) e tivemos o quantitativo de 41 trabalhos selecionados. Nessa pesquisa, encontramos muitos trabalhos ligados à área de psicologia, saúde e programas do Governo Federal. De todas, encontramos duas no bojo dos direitos à EI na perspectiva dos familiares (CRUZ, 2001; DELGADO, 2005).

Numa panorâmica das produções encontradas, assinalamos três eixos de análise que vão tangenciar as produções do campo da EI, indicando o direito a essa etapa de ensino, no bojo das relações entre instituição e famílias, e que abordam, como já mencionado, as conquistas, desafios e avanços no percurso. No conjunto, indicam o aumento de produções no campo, a diversidade de temáticas e metodologias apresentadas, a dedicação de pesquisas com crianças pequenas e também a intensidade de trabalhos no que tange à formação e às políticas públicas para a EI, reflexões que organizamos nos eixos que seguem a esta síntese.

³ As pesquisas de Campos, Patto e Mucci (1981), Rosemberg (1989), Campos (1999), Rosemberg, (1999), Corrêa (2003); Cury (2008) e Garcia e Macedo (2011) foram encontradas no banco da Biblioteca Ana Maria Poppovic, pelo link <http://www.fcc.org.br/biblioteca/apresenta_cadernos.php?area=publicacoes>.

³ Ver também ANPED. *Histórico dos grupos de trabalho*. Caxambu, 1995.

⁴ As pesquisas de Campos, Patto e Mucci (1981), Rosemberg (1989), Campos (1999), Rosemberg (1999), Corrêa (2003), Cury (2008) e Garcia e Macedo (2011) foram encontradas no banco da Biblioteca Ana Maria Poppovic pelo link <http://www.fcc.org.br/biblioteca/apresenta_cadernos.php?area=publicacoes>.

⁵ Ver também ANPED. *Histórico dos grupos de trabalho*. Caxambu, 1995.

⁶ Disponível em: <<http://search.scielo.org/index.php>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

Discussão a partir dos dados: no bojo das conquistas do campo, o direito à EI

Dos trabalhos analisados, observamos diversos interlocutores. Dentre tantas possibilidades de pesquisas que se mostram, destacamos as metodologias e os grupos que vão se configurando no campo, a ascensão do quantitativo de trabalhos com bebês e o fortalecimento do campo junto nos movimentos sociais. Quanto à nossa abordagem, ao delinear das pesquisas, pouco encontramos sobre a escuta das famílias nessa etapa da educação básica. Assim, à medida que a EI passa a tomar corpo nas discussões acadêmicas, observamos também, sem a ausência de oscilações e tensões, suas conquistas no campo legal (BRASIL, 1988; 1996; 2009), que marcam desde o cenário brasileiro às especificidades regionais, como vemos em Côco (2009).

Conforme reflete Côco, sobre o percurso dos trabalhos acadêmicos que focalizam a EI no Espírito Santo, temos a ampliação do foco das pesquisas incorporado às políticas socioeducativas para a infância nos anos 80, no contexto do crescimento progressivo das redes públicas de creche e pré-escola do País (CÔCO, 2009). Registra, ainda, a ampliação da produção tomando força com os estudos da criança a partir da sua heterogeneidade. Côco (2009) indica que o quadro de fortalecimento progressivo da produção em EI pode ser relacionado com as conquistas legais que vão marcando a etapa de ensino no cenário social como uma política educacional pública integrada à escola básica, inserida, portanto, no direito das crianças, motivando, inclusive, a demanda por ações públicas de ampliação do atendimento.

Côco (2009) reflete sobre a variedade de temas abordados nas diferentes linhas de pesquisa, demonstrando que a EI tem sido abarcada por diferentes áreas de estudo, conforme vimos em Rocha (2008), ainda que possamos observar que esse número é pequeno em relação ao conjunto do total da produção. Analisa a escolha das temáticas, que implicam a participação dos pesquisadores nas lutas do seu tempo e a diversidade de intencionalidades presentes (CÔCO, 2009).

Feita uma breve introdução geral das produções de EI no Brasil, trazemos em destaque os estudos de Corrêa (2003), Moro (2004) e Cury (2008), para desenvolver esse primeiro eixo, referente aos avanços, tendo em vista o direito à EI. Começamos por explorar a pesquisa de Corrêa (2003), que aponta a necessidade de estarmos atentos às discussões sobre qualidade, principalmente no que se refere à quantidade de sujeitos presentes, à extensão dos espaços físicos e às diversas possibilidades para se discutir, avaliar ou propor padrões de

qualidade na EI. Se, por um lado, isso indica uma conquista com as discussões sobre a qualidade na EI, por outro, acena como desafio associado no que tange aos avanços necessários para essa demanda.

Se esse movimento aponta desafios, como também observa Cury (2008), não podemos desconsiderar as conquistas que marcam essa inserção no que se refere principalmente, ao direito do ser humano de TER acesso a aprendizados decorrentes das necessidades educativas do desenvolvimento do homem (CURY, 2008). Moro (2004) analisa essas questões aliadas ao princípio legal de direito à educação gratuita para a criança e seus familiares como um aspecto que também pode qualificar a demanda por esse serviço. Desse modo, como síntese deste primeiro eixo, entendemos que o direito à EI passa por uma trajetória em que tê-lo, como direito legal (BRASIL, 1988,1996, 2009), reverbera em uma conquista, mas que se configura como um desafio, aliado aos avanços necessários à trajetória que se refere tanto às produções acadêmicas, quanto aos documentos legais, conforme buscamos apresentar no próximo tópico.

Na trajetória de avanços, o direito à educação infantil

Neste segundo eixo, trabalhamos com os estudos de Cruz (2001), Corrêa (2003), Moro (2004), Delgado (2005), Cury (2008) e Rocha (2008), com o objetivo de evidenciar a abordagem dos avanços, tendo em vista o direito à EI.

Nesse propósito, em Rocha (2008), encontramos síntese do acervo científico apresentado no decorrer dos 30 anos das Reuniões Anuais da Anped (1977-2007). Na análise da produção, observamos o caráter político das reuniões e percebemos ainda que o início do GT07 coincide com o crescimento da temática nos programas de pós-graduação, o que parece fortalecer a organização num movimento conjunto de estudos:

Sua organização resultou de um esforço conjunto dos recém-criados programas de pós-graduação em Educação no país, com o objetivo de articular a produção de conhecimento sobre a educação com a reflexão e definição das políticas públicas para a educação. (ROCHA, 2008, p. 2).

Nesse panorama de constituição dos estudos em EI, vemos a luta conjunta e o esforço de pesquisadores em sedimentar perspectivas de uma *Pedagogia da Infância*, ou seja, mobilizar um conjunto de definições conceituais, afirmações e críticas às orientações teóricas de cunho tradicional instituídas na história da Pedagogia e, em particular, *nos projetos de*

educação das crianças, tomadas como indivíduos isolados – meros *objetos* da intervenção educativa (ROCHA, 2008, p. 4).

Nessa pauta, vemos a participação dos sujeitos como fundamental no movimento de conquistas na EI se encorpando com os estudos realizados e a luta por políticas públicas. Rocha (2008) sintetiza esse percurso, indicando a processualidade dos avanços:

Nestes últimos dez anos (1997-2006), intensificou-se a apresentação de trabalhos que se sustentam numa concepção de infância como categoria social, considerando a criança a partir da sua heterogeneidade, como *sujeito social heterogêneo* – situada a partir de suas *condições sociais e culturais*, ou seja, a partir das categorias sociais que a constituem.

O estudo temporal apresentado por Rocha (2008) nos situa no campo científico, indicando a diversidade de balanços presentes na jornada. Num resumo geral dos trabalhos, percebemos que, ao longo dos 30 anos de produção, o Gt07 consolidou-se como um campo de investigação – que marca a infância com a premissa dissociada dos estudos da educação escolar. Avança-se com os estudos sobre os processos educativos em suas múltiplas facetas sociais, históricas e culturais, o que abrange, inclusive, a participação de várias áreas do conhecimento, tendo em vista a complexidade e a necessidade de mobilização em prol dos estudos para a infância, situando-nos na processualidade das discussões e sinalizando indícios sobre as produções do campo.

Cury (2008, p. 3) analisa o conceito de educação básica presente na LDB (1996, p. 3) e sugere o surgimento de uma nova realidade. Agrega as discussões sobre a infância, pois, na contenda sobre educação básica, reúne as reflexões sobre EI, que agora passam a abrangê-la como etapa da educação básica.

No bojo dos avanços relativos ao direito na EI, a análise do conjunto das produções selecionadas para este artigo, em especial, no eixo aqui explorado, ajuda-nos a pensar os processos históricos que fizeram a EI engrenar nas políticas públicas brasileiras e avançar no cenário social com todas as tensões existentes. Nesse sentido, o desenvolvimento da EI, associado aos direitos da população, permite avançar com as concepções na reflexão do reconhecimento de novos pares para o exercício do trabalho docente. Ou seja, com a expansão, novos profissionais passam a pertencer a esse campo.

Nesse processo histórico, muitos são os fatores que levam os familiares a entenderem a EI apenas como assistencialista e que muitos são os avanços e desafios que marcam a trajetória da realidade da EI brasileira na busca por integrar ações de cuidado e de educação. Daí emerge uma complexidade do trabalho que envolve muitos atores com um sentido social

muito enraizado na ótica do trabalho feminino e do cuidado com as crianças. Observamos que a trajetória de lutas em prol de formação adequada e contratação de profissionais qualificados foi conquista significativa para o campo, mas ainda gera desafios. São processos de uma história recente que, se mirada na bagagem da EI, acumula uma trajetória de avanços em torno de 30 anos e talvez por isso nos toque parecendo tão atual.

Talvez por isso se acene, nas pesquisas de Cruz (2001) e Delgado (2005), para os sentidos das famílias sobre a EI, que se aproximam mais da função de creche, percebida diretamente vinculada à necessidade de trabalho dos pais, cumprindo mais um papel de guarda e atendimento das necessidades básicas das crianças (DELGADO, 2005) do que compreendendo a educação como um direito de todas as crianças e suas famílias. Ainda que esse dado tenha se mostrado evidente, observamos também que várias famílias já percebem na creche uma oportunidade para as crianças ampliar seus conhecimentos, o que, em Delgado (2005), não fica muito evidente, mostrando a importância das pesquisas na composição de nossos estudos e formação.

Constatamos, ainda, que a temática tem avançado ao longo do tempo, com várias nuances, possibilidades de análises e pontos de partida. Vimos também que existe muito o que ser dito, registrado, ouvido... Inspiradas numa perspectiva bakhtiniana, associamos os aprendizados freirianos, pelos quais temos apostado numa ideia de olhar o outro (e o que ele produz), acreditando nos aprendizados associados, numa perspectiva de que o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e aperfeiçoamento na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 1977). Nesse sentido, passamos ao próximo tópico, em que abordamos os desafios que se pautam no decorrer da trajetória da EI.

Nos desafios que se pautam no interior das conquistas e avanços, o direito à EI

Conforme refletimos no decorrer deste artigo, o direito à EI expressa indicativos. No primeiro eixo, observamos que o direito à EI como conquista revela sua inserção no percurso de fortalecimento e afirmação da EI e, por outro lado, evidencia um espaço de novas possibilidades de estudos, num movimento em que se sinaliza uma presença cada vez mais intensa da EI no cenário. Observamos, a partir da literatura, que esse movimento favorece o acúmulo científico progressivo com implicações na consolidação de um campo específico e de uma pedagogia própria a essa etapa (CÔCO, 2009), em especial, o desenvolvimento da *Pedagogia da Infância* (2008). Assim, no fortalecimento das discussões, vimos que há muito

a ser trabalhado, para que a EI se efetive como política pública, como um direito de qualidade da criança e de suas famílias. Na esteira dessa perspectiva, é que se delinea este tópico.

Côco (2009) reafirma o que Rocha (2008) aponta sobre a especificidade, os desafios e a insuficiência de metodologias convencionais de pesquisa para o estudo da criança, da sua educação e da infância, na atenção às relações educativas estabelecidas *com* ela, para além das pesquisas realizadas *sobre* elas.

Também conforme trouxemos, avançando para o segundo eixo, observamos que a afirmação do direito à EI se constitui como um avanço. No escopo deste terceiro eixo, tratando dos avanços da EI como um direito, destacamos os estudos de Cruz (2001), Corrêa (2003), Moro (2004), Delgado (2005), Cury (2008) e Rocha (2008). Nesse quadro, a pesquisa de Campos et al. (2012), intitulada “Gestão da EI no Brasil” (CAMPOS et al., 2012), permite observar pontos que indicam sobre o trabalho das instituições de EI em conjunto com as famílias e afirma que pouco se investe em pesquisas sobre a relação família e comunidade.

Com as análises empreendidas, é possível encontrar enunciados que dizem sobre o atendimento, os horários de funcionamento, os critérios e informações, sobre a matrícula, o momento de adaptação, as queixas que se dão no cotidiano das instituições, entre outros encontros presentes no cotidiano da EI. São, principalmente, dados sobre família e instituição, o que nos ajuda a pensar na constituição dos sentidos atribuídos à EI, uma vez que os familiares acompanham mais de perto o trabalho e vão (em alguns casos e também não sem tensões) *aprendendo juntos, fazendo com* os demais pares, angariando diferentes percepções sobre as atividades desenvolvidas, os trabalhos derivados, a implicação dessa etapa na vida das crianças...

Outro dado que se acena como importante, a partir do levantamento realizado, refere-se ao fato de que a família tem uma visão positiva da instituição e valoriza a presença das crianças nesse espaço, porém os dados nos indicam que a recíproca das equipes de EI não procede, ou seja, os docentes possuem uma visão mais negativa dos processos relacionais com a família (CAMPOS, 2012)⁷. Sinalizam investidas e enunciam que os pais não colaboram (até porque a família não tem formação específica para a compreensão do trabalho pedagógico realizado, cabendo aos docentes, também, a formação dos pares das crianças, informando sobre os trabalhos desenvolvidos, os acontecimentos do dia, as necessidades que surgem...).

No conjunto, os dados produzidos nos ajudam a pensar sobre a complementação pela formação das crianças, como também sobre os processos que envolvem a comunicação entre

⁷ Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2011/gestao-educacao-infantil-brasil-703032.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

adultos entre si e entre adultos e crianças no cotidiano das instituições de EI que compõe os desafios para as produções realizadas no campo. Com as pesquisas publicadas, contextualizamos o cenário de transformações que marcam a trajetória do direito à EI, aprendendo tanto com os avanços demarcados, quanto pelos desafios colocados.

Campos, Patto e Mucci (1981) diferenciam creche e pré-escola, trazendo uma pesquisa realizada em São Paulo, que toma os exemplos locais existentes para apontar os desafios da realidade do cenário brasileiro. Com os dados apresentados, observamos a complexidade e a diversidade da realidade vivida pelos grandes bairros paulistas, o que dificulta as ações e evidencia o fortalecimento necessário da comunidade em prol de lutas para a efetivação de políticas públicas na EI (CAMPOS; PATTO; MUCCI, 1981).

Nesse contexto, as pesquisas apresentam indicadores de clientela das creches e evidenciam a divergência nos dados da estatística de atendimento marcando as lutas políticas do tempo, tendo em vista o panorama das distintas realidades brasileiras. Rosemberg (1989) aponta a imprecisão da avaliação dos indicadores de qualidade, em comparação com a elevação nas matrículas de crianças em creches e pré-escolas na década de 80. Destacamos a discussão sobre as vagas ofertadas pelo setor público, especialmente o contingente via setor municipal e o atendimento das crianças no meio rural e urbano, e a concentração de matrículas nas faixas etárias de quatro a seis anos, ainda que se tenha demanda na faixa de zero a três (ROSEMBERG, 1989).

Campos (1999) apresenta os direitos fundamentais da criança, na contextualização dos diversos momentos da história brasileira e aponta o atraso da legislação educacional do país, com relação à realidade existente. A autora reúne diversas problematizações acerca do atendimento, aborda as práticas existentes e a multiplicidade de formas de atendimento oferecido às famílias (como as creches conveniadas, as casas alugadas, os espaços particulares não legalizados...) que atravancam a busca por indicadores de qualidade, agravam o histórico de precarização docente no bojo da luta por creches e desdobramentos associados (CAMPOS, 1999). Essas questões evidenciam o direito fundamental da criança (com mãe trabalhadora ou não) e a luta pela concepção compartilhada de EI na garantia de experiências diversas e favoráveis para as crianças e seu desenvolvimento.

Rosemberg (1999) reitera as discussões, abordando sobre a expansão da EI no Brasil de 1970 a 1991, imbuída pela diversidade de realidades e pela luta na democratização da oferta. Apresenta dados sobre a exclusão de crianças negras e pobres, a subordinação de raça, gênero, classe, idade e a desvalorização da EI acompanhada da valorização do ensino fundamental na trajetória brasileira. Em Corrêa (2003), observamos dados relativos à

qualidade na EI, tomando como fundamento principal os direitos da criança. A autora apresenta três aspectos referentes ao atendimento público na EI: a relação entre oferta e procura, a razão adulto/criança e a dimensão de cuidado no trabalho a ser realizado. Esses aspectos contribuem para refletimos sobre o cenário atual, principalmente no que se refere ao direito à EI, que vem enfrentando problemas que partem da relação entre oferta e procura, como demanda de instituições e profissionais qualificados para o trabalho.

Garcia e Macedo (2011, p. 14) também anunciam a perspectiva de desafios, quando assinalam a relação entre escolas e famílias no contexto da EI, por meio da análise de reuniões de pais. Os dados produzidos indicam que são muitos os modos de gestão de reuniões de pais. Identificam-se quanto à forma diferentes modos de gestão, desde a desorganizada, rígida até a compartilhada; também quanto ao conteúdo: burocrático, comportamental, educacional; e, ainda, com relação à dinâmica: fragmentada, centralizada e coletiva (GARCIA; MACEDO, 2011). As autoras apresentam os elementos constitutivos observados nos diferentes modos de gestão das reuniões, possibilitando inferir que as variações dessas formas de gestão podem favorecer ou impedir a consolidação de uma relação cooperativa entre escolas e famílias e, a partir disso, estabelecer uma relação mais efetiva e colaborativa entre as professoras e os pais das crianças (GARCIA; MACEDO, 2011).

Em Füllgraf (2002), encontramos um estudo sobre os direitos sociais das crianças, que nos remete aos desafios relativos à insuficiência de políticas de integração social atrelada à acolhida do governo brasileiro, às políticas de Estado que impedem a concretização desse direito e à demanda por estudos que abarquem a perspectiva da família sobre a EI, no intuito de fazer coro à mobilização social de políticas públicas para a infância.

Moro (2004) também aborda o movimento interativo entre famílias e instituição, em diálogo com os direitos da criança, e aponta a coexistência de motivações para a utilização ou não do serviço público de EI pelas mães (sujeitos da pesquisa), que podem ser decorrentes de diferentes concepções sobre a criação dos filhos na sociedade urbana atual. Reafirma as reflexões de que a experiência com o atendimento prestado aos filhos nos centros de EI ou nas creches pode modificar as concepções maternas sobre a função desse serviço (MORO, 2004).

Bhering e Sarkis (2007) identificam reflexões sobre a existência de sentimentos experimentados pelos pais no processo de inserção da criança e essa etapa da educação, bem como o impacto da instituição sobre suas vidas. Ressaltam nesse estudo a necessidade de trabalhos que apresentem a escuta da família e marcam ainda a necessidade de atendimento à criança em decorrência do que as mudanças sociais têm provocado no decorrer das vivências oportunizadas.

Em sua pesquisa, Araújo (2009) analisa os sentidos e significados da infância atribuídos por educadoras e famílias de uma creche filantrópica. Os dados apresentados na pesquisa indicam que os sentidos apresentados pelas famílias são marcados pela brincadeira, pela despreocupação e isenção de responsabilidades (etapa da vida em que não cabe trabalho produtivo). Quanto às educadoras, sinaliza que a maior parte enfatizou os aspectos lúdicos da infância, identificando-a com liberdade, alegria, despreocupação e descompromisso (ARAÚJO, 2009). Sobre essa questão, Cruz (2001) destaca a diversidade de sentidos, mas também enfatiza o quanto a miragem assistencialista marcada pela necessidade econômica influenciou os estudos.

Também Delgado (2005), em pesquisa sobre essa temática, ressalta sentimentos das famílias, como ciúme e culpa, ideia de proteção às crianças, expectativa de futuro melhor para os filhos, disponibilidade de tempo e flexibilidade de horários ofertados na creche.

Casanova (2011) busca compreender os sentidos das atividades realizadas na creche para as famílias, indicando que as mães também reconhecem a creche como um lugar para aprender, mas essa constatação se faz na relação com a própria criança e não por intermédio dos profissionais da creche (CASANOVA, 2011).

Assim, com os três eixos aqui desenvolvidos, ainda que essa variedade de indicadores se mostre presente, observamos que as pesquisas encontradas sinalizam também a necessidade da produção de mais estudos sobre essa temática, como possibilidade de mover outras aproximações aos sujeitos em contextos e abordagens diferenciadas, bem como produzir novas análises, valendo-se de outros referenciais. Como uma temática associada, destacamos, na demanda por estudos, a focalização dos desafios docentes nos (des)encontros com as perspectivas das famílias sobre a EI, abarcando as discussões ligadas ao campo de formação, associadas às premissas legais de garantida do direito à EI a todas as crianças.

Integrando esse propósito, buscamos contribuir com estudos do campo, refletindo sobre modos de encaminhar o direito à EI, evidenciando implicações ao trabalho docente, inclusive pensando nos processos formativos necessários, numa perspectiva de formação conjunta, em que as trajetórias simultaneamente se transformem, indicando que o investimento positivo nos profissionais pode colaborar no fortalecimento do campo da EI. Assim, buscamos trazer, no encontro com as palavras *outras* (da produção acadêmica), o estímulo a novas produções, acreditando no diálogo como possibilidade de continuidade das ações, conforme nos inspira Bakhtin (2010).

Considerações sobre o mapeamento realizado

Os trabalhos escolhidos na pesquisa realizada nos bancos que contextualizam o campo— selecionando o Caderno de Pesquisada FCC, os trabalhos da Anped e do Scielo—, ajudam-nos a pensar sobre a abordagem daEI na produção acadêmica, especialmente, na temática referente à busca por vagas no bojo do direito à EI. Nessa interlocução, compusemos nossas reflexões movendo diálogos, palavras outras, na premissa de que com elas nos formamos, mutuamente, na trajetória incessante de aprendizados que se dão no encontro e no excedente de visão do outro.

Na esperança de nos incluirmos nessa história tão significativa, registramos nossos investimentos na composição de estudos acerca dos sentidos construídos processualmente na abordagem ao direito à EI. Participando dessa cadeia verbal (BAKHTIN, 2011), vamos nos constituindo junto a outros sentidos (dado nosso interesse pela interlocução com as famílias), trazendo, então, palavras *outras* que vão (re)compondo as produções científicas e deslanchando outras possibilidades de análises.

Do explorado neste artigo, como síntese, de modo geral, as produções nos ajudam a pensar sobre a diversidade de pesquisas que abarcam o direito à EI e tangenciam os sentidos que levam as famílias a buscar matrículas para as crianças. Ao compor esse panorama de produções científicas, percebemos que pouco se evidencia sobre o direito à EI como mote à matrícula. Ainda que os dados acenem mudanças na perspectiva das famílias sobre o trabalho delineado na EI, este tem mostrado circular no bojo dos interesses das famílias no que tange à preocupação, ao cuidado e à guarda da criança. No que se refere aos avanços do campo, observamos que a EI tem investido na interlocução com os pares, mas ainda é necessário investimento nos processos de (in)formação das famílias no decorrer dos encontros com a EI.

Nesse contexto, observamos, então, que esse panorama nos ajuda na identificação das lacunas do campo, ampliando as possibilidades de estudos na EI. A partir disso, indagamos sobre a presença de outros responsáveis pelas crianças e também sobre a voz da incerteza daqueles que ainda não se inseriram na instituição, na busca de sentidos que anteveem os encontros na EI. Nessa curiosidade, temos procurado pautar lacunas e os desafios da docência numa perspectiva voltada para os aprendizados empreendidos pela ótica bakhtiniana de que sempre é possível dizer mais alguma coisa (BAKHTIN, 2010).

Desse modo, continuamos nos constituindo com o outro, sustentados por Bakhtin (2011) que diz que o conhecimento do outro exige exotopia, isto é, um lugar exterior que nos permite enxergar de diferentes formas, que nos permite ver no outro algo que ele próprio

nunca poderá ver. Isso se justifica pelo excedente de visão. Nesse excedente em que só o outro pode dar é que vamos completando o que é sempre inacabado em nós. Segundo Bakhtin (2011), é com ele que nos formamos, aprendemos e avançamos no conhecimento de nós, da vida. Nesse sentido, concluímos este artigo convidando a novas interlocuções de modo que, fomentando essa cadeia temática, possamos nutrir a luta pelo fortalecimento do direito à EI.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Silva. Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche. Trabalho apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos na 32ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped). **Anais...** Caxambu, 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_07.html>. Acesso em: 27 out. 2013.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. A inserção de crianças na creche: um estudo sobre a perspectiva dos pais. Trabalho apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos, 30ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped). **Anais...** Caxambu, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 27 out. 2013

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394/96. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BRASIL. CNE/MEC. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2298&Itemid>. Acesso em: 22 jun. 2013.

BUJES, Maria Isabel et al. O GT Educação da criança de 0-6 anos: alguns depoimentos sobre a trajetória. Depoimento apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos na 25ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped). **Anais...** Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/te25.htm>>. Acesso em: 27 out. 2013.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 106, p.117-127, mar. 1999. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/181.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2013.

CAMPOS, Maria Malta et al. A gestão na educação infantil do Brasil (relatório final). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/estudos-e-pesquisas/2011/pdf/relatoriofinaleducacaoinfantil.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CAMPOS, Maria Malta; PATTO, Maria Helena Souza; MUCCI, Cristina. A creche e a pré-escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, p. 35-42, nov. 1981. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/555.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

CASANOVA, Letícia Veiga. O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem. Trabalho apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos, 34ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped). **Anais...** Caxambu, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/stories/GT07.pdf>> Acesso em: 27 out. 2013.

CÔCO, Valdete. O percurso dos trabalhos acadêmicos que focalizam a educação infantil no Espírito Santo. In: SEMINÁRIO NACIONAL 30 ANOS DO PPGE/CE/UFES, 2009, Vitória/ES. 30 anos do PPGE/CE/UFES. Vitória: Ufes, 2009. p. 1-14.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na EI. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 85-112, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a05.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. A creche comunitária na visão das professoras e famílias usuárias. **Rev. Bras. Educ.**, n.16, p. 48-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a05.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n.134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

DELGADO, Ana Cristina Coll. Como as mães de uma creche domiciliar percebem o trabalho de tomar conta de crianças?. **Rev. Bras. Educ.**, n. 28, p. 151-163, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a13n28.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FERNANDES, Marisa Zanoni. A educação infantil com um projeto da comunidade: criança, educadores e pais nos novos serviços para a infância e a família: a experiência de San Miniato. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 43, p. 257-263, jan./mar. 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira / Prefácio de Jacques Chonchol. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FÜLLGRAF, Bayer Gomes Jodete. Direito das crianças à educação infantil: um direito de papel. Trabalho apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos, 25ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped). **Anais...** Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm#gt7>>

Acesso em: 27 out. 2013.

GARCIA, Heloisa Helena Genovese de Oliveira; MACEDO, Lino de. Reuniões de pais na educação infantil: modos de gestão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n.142, p. 208-227.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0100-15742011000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MORO, Catarina de Souza. As concepções sobre o sistema público de educação infantil de mães que utilizam e que não utilizam creches. Trabalho apresentado no GT07 Educação de Crianças de 0 a 6 anos, 27ª Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (Anped).

Anais... Caxambu, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>
Acesso em: 27 out. 2013.

ROSEMBERG, Fulvia. *O 0 a 6*: desencontro de estatísticas e atendimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 7, p. 36-48, nov. 1989. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/868.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ROSEMBERG, Fulvia. Expansão da EI e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/184.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2001, n. 16, p. 19-26. Disponível

em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2013.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **30 anos de educação infantil na Anped**: caminhos da pesquisa: zero a seis anos. Florianópolis (UFSC) 2008. p. 52-65. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroeis/article/view/1980-4512.2008n17p52/6082>>.

Acesso em: 18 dez. 2013.

WAJSKOPG, Gisela. A brincadeira infantil na educação pré-escolar paulista e parisiense: o que pensam sobre ela os adultos? **Proposições**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 51-64, nov. 1996.

SOBRE AS AUTORAS

Kallyne Kafuri Alves

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo de Pesquisa “Formação e Atuação de Educadores”. E-mail: kallynekafuri@hotmail.com

Valdete Côco

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Formação e Atuação de Educadores” e Tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes: Projeto Educação. E-mail: valdetecoco@hotmail.com

Recebido em: 26 de fevereiro de 2018
Aprovado em: 24 de fevereiro de 2019
Publicado em: 10 de maio de 2019